

**SIMONIA GONÇALVES DE OLIVEIRA**

**A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN**

**Dissertação apresentada como requisito  
para obtenção do grau de Mestre pelo  
Programa de Pós Graduação da Faculdade  
de Serviço Social pela Pontifical  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul**

**Orientador(a): Beatriz Gershenson Aguirsky**

**Porto Alegre**

**2009**

## RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo analisar como se constitui o processo de garantia do direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência no município de Frederico Westphalen, visando a contribuir com subsídios para o aprimoramento das políticas sociais voltadas para essa população. Analisou, especificamente, como a política de proteção integral a crianças e adolescentes com deficiências vem se construindo na interface com as normativas e concepções de políticas públicas de garantia do direito à educação. Observou também a maneira como a rede de atendimento e as escolas estão reconhecendo e assumindo a pauta da garantia desse direito. Ainda analisou o modo como se constituiu o processo da garantia do direito à educação a partir da experiência social de crianças e adolescentes com deficiência, e seus familiares, que frequentam as escolas de Frederico Westphalen. Para tanto, foi necessário conhecer os sujeitos da pesquisa, a partir de entrevistas, análise documental e observação participante. As vozes dos sujeitos que participaram dessa pesquisa indicaram a presença de obstáculos à efetivação da garantia do direito à educação das crianças e adolescentes com deficiência, pela fragilidade da aplicação das políticas públicas a exigir melhor articulação e maior efetividade para as demandas sociais do grupo de pessoas pesquisado.

## **RESUMO LINGUA ESTRANGEIRA**

**The present study had as objective to analyse the way impaired children's and teenagers's right to education warranty process constitutes itself in Frederico Westphalen, contributing with information to improve social politics concerning this population. Analysed, specifically, the way impaired children and teenagers integral protection politic have been built in interface with the norms and conceptions of impaired children's and teenagers's right to education warranty. Observed the way the care network and schools are recognizing and facing the warranty of this right. Also analysed the way the right to education warranty process has been built through the social experience of children and teenagers who atend schools in Frederico Westphalen and their families. To do so it was necessary to know the subjects of the reseach through interviews, documental analysis and interaction. The reseach participants voices indicated the presence of obstacles to the impaired children's and teenagers's right to education warranty, as a fragility applying public politics in requiring better articulation and effectiveness for the researched population social demands.**

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 OS DESAFIOS DO RECONHECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA COMO SUJEITOS DE DIREITOS.....	23
2.1 As lutas históricas para reconhecer as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.....	25
2.2 Crianças e adolescentes com deficiências: que cidadania?.....	31
2.2.1 A criança e o adolescente com deficiência e o direito à convivência familiar.....	42
2.2.2 A criança com deficiência e o direito à educação.....	50
3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PROTEÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA.....	60
3.1 Tendências históricas das políticas públicas protetivas da criança e adolescente com deficiência.....	60
3.2 Normativas voltadas à proteção social das crianças e adolescentes com deficiência.....	65
3.2.1 A proteção social das normativas internacionais das crianças e adolescentes com deficiência.....	68
3.2.2 A proteção social das normativas brasileiras contemporâneas das crianças e adolescentes com deficiência.....	83
3.2.3 A proteção social das normativas estaduais das crianças e adolescentes com deficiência.....	98
3.2.4 A proteção social das normativas municipais das crianças e adolescentes com deficiência.....	107
3.3 Políticas voltadas para a garantia do direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência.....	112
4 O CAMINHO PERCORRIDO NA INVESTIGAÇÃO SOBRE O FENÔMENO DA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA.....	119
4.1 Tipo de Estudo.....	119
4.2 Escolha dos sujeitos da pesquisa.....	124

4.3 Etapas deste estudo.....	130
5 O CONTRADITÓRIO PROCESSO DE GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA EM IDADE ESCOLAR EM FREDERICO WESTPHALEN.....	138
5.1 Texto e contexto do estudo: a realidade encontrada nas escolas que estão atendendo crianças e adolescentes com deficiência no município de Frederico Westphalen.....	138
5.2 A voz dos sujeitos sobre o processo da garantia do direito à educação das crianças e adolescentes com deficiência no município de Frederico Westphalen.....	165
5.2.1 Crianças e adolescentes com deficiência na escola: desafios das políticas públicas e da rede de proteção no município de Frederico Westphalen.....	166
5.2.2 O desafio do reconhecimento das escolas quanto à pauta da garantia do direito à educação das crianças e adolescentes com deficiência do município de Frederico Westphalen.....	179
5.2.3 A experiência social das crianças e adolescentes com deficiência e de seus familiares, no município de Frederico Westphalen com a garantia do direito à educação.....	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
REFERÊNCIAS.....	206
APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	221
APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES.....	224
APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA E SEUS RESPONSÁVEIS.....	226
APÊNDICE D: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM CONSELHO E GESTORES.....	229
APÊNDICE E: ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	231
APÊNDICE F: ROTEIRO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL.....	233
ANEXO A: CARTA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	235

## 1 INTRODUÇÃO

No contexto das transformações da sociedade de hoje, o Serviço Social busca analisar as múltiplas expressões da Questão Social, bem como as Políticas Sociais que são implementadas, considerando a agudização das desigualdades sociais que decorrem dessas transformações. Para intervir nessa realidade, o Serviço Social é desafiado a decifrar as particularidades das expressões da Questão Social na conjuntura, visando a contribuir na proposição de políticas públicas, serviços, programas e projetos que possam ampliar o acesso a condições dignas de cidadania para a população.

A trajetória profissional da pesquisadora como Assistente Social em escola de educação especial, com os muitos desafios que emergiram dessa experiência, fez com que se voltasse para a elaboração de uma pesquisa empírica sobre o tema “A inclusão escolar de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas de Frederico Westphalen, cuja proposta foi inclusive apresentada no Congresso Nacional das APAEs, em Paraíba, no ano de 2005. Seguindo nesse caminho, chegou ao Curso de Pós-graduação, Mestrado, aprofundando-se no estudo da garantia do direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência.

Esses dilemas e desafios conduziram a trajetória da pesquisadora que se aproximou de conhecimentos, buscou alternativas para qualificar essas ações profissionais que se realizavam no seu cotidiano. Assim, chegou ao próprio objeto de pesquisa que se volta para a discussão e a análise do tema a garantia do direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência no município de Frederico Westphalen – RS.

Significa dizer que, nesse contexto, a pesquisadora observou a existência - implantação/implementação – de várias políticas e serviços de apoio à educação de crianças e adolescentes com deficiência.

Sendo o Serviço Social uma profissão interventiva, destaca-se a importância da presente pesquisa, o que exige aprofundamento na dimensão investigativa da profissão. É através da pesquisa que se verifica e se produz conhecimento para

aprimorar as respostas sociais produzidas pela profissão, tendo por base o desvelamento das demandas que se apresentam na realidade social. Assim, procura estudar as estratégias e relações sociais que se estabelecem, tendo em vista, principalmente, a superação das desigualdades sociais, eis que vinculada à garantia dos direitos sociais e ao efetivo exercício da cidadania.

Considera-se que alguns segmentos da população são especialmente vulneráveis às expressões da Questão Social e que a luta por seu reconhecimento enquanto sujeitos de direito se atualiza na medida em que se recrudescem relações e condições sociais desiguais como sendo naturais e ou inevitáveis. Esse é o caso das Pessoas com Deficiências, segmento populacional que experimenta histórica negação de direitos e há muito empreende lutas por reconhecimento.

Diante desse quadro, o presente trabalho pretendeu analisar como vem evoluindo e se configurando a garantia do direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência no município de Frederico Westphalen, RS.

Sujeitos de direito, políticas públicas e garantia de direitos e intersetorialidade são as categorias que emergiram dos temas “criança e adolescente com deficiência, direito à educação e rede de atendimento”. Todas se articulam e buscam, à luz da perspectiva da garantia de direitos, o desvendamento das determinações que incidem no fenômeno da garantia do direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência na cidade de Frederico Westphalen.

A produção aqui apresentada é fruto de pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no curso de mestrado em Serviço Social.

O tema da pesquisa constitui-se em uma das vertentes das políticas públicas, pois remete ao alcance e limites do sistema protetivo social e legal das crianças e adolescentes com deficiência. Para tanto, foi necessário conhecer os sujeitos da pesquisa, a partir de entrevistas, análise documental e observação participante.

O desafio de ir além exigia, ainda, compreender a totalidade como fenômeno dotado de vida que se cria na sociedade brasileira, diante das diferentes formas de lidar com a diversidade enquanto marca da singularidade inerente a todo o ser humano.

Nesse contexto, o processo de garantia dos direitos das crianças e adolescentes com deficiência desafia medidas efetivas das políticas públicas que atendam às demandas desse segmento da população. Procurou-se, então,

conhecer as instâncias sociais em que a questão da deficiência estava inserida. O fio condutor dos argumentos desvelados desdobrou-se em cinco capítulos.

O **primeiro capítulo** constitui-se pela introdução do estudo. O **segundo capítulo**, Os desafios do reconhecimento de crianças e adolescentes com deficiência como sujeitos de direitos, apresenta a trajetória histórica das lutas para reconhecer as crianças e adolescentes como sujeitos de direito, passou pelo questionamento da sua cidadania, incluindo as implicações de ser uma criança com deficiência e a questão familiar nela envolvida.

Da Antigüidade, passando pelo medievo, percorreu-se o século XVII, em que as crianças começam a ser vistas de outra forma, até chegar ao século XX, cuja tônica era dada pelo assistencialismo das elites, ou mesmo com iniciativas caritativas. De lá para cá, chegou-se ao regramento das leis protetivas à criança e adolescentes com deficiência dos dias de hoje. Apresentou-se o desafio do reconhecimento dos sujeitos com deficiência através da história da humanidade e também das ciências, especialmente as sociais.

Uma parte da pesquisa está subsidiando os capítulos iniciais em que são apresentados, não apenas uma revisão de literatura sobre o tema, como também o resultado da análise documental sobre a legislação.

As políticas públicas voltadas à proteção de crianças e adolescentes com deficiência, título do **terceiro capítulo**, aborda o entendimento acerca das tendências históricas das políticas públicas protetivas das crianças e adolescentes com deficiência.

A partir de então, situou-se a evolução Normativa Internacional quanto a esse segmento e, posteriormente, o processo de construção dos direitos das pessoas com deficiência, nelas incluídas as crianças e adolescentes com deficiência no Brasil. Então, foi enfatizado o caráter histórico desses processos legislativos nas esferas federal, estadual e municipal, todas emanadas das lutas travadas na sociedade. Também perpassou pelas políticas garantidoras do direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência, referindo ao processo educacional desde a educação especial até a educação inclusiva.

Até pouco tempo atrás, as pessoas com deficiência – PCDs - não tinham proteção especial da lei, tanto que apenas recentemente foi criado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei especial que confere direitos também especiais a essas pessoas. No âmbito desse contexto evolutivo e no que diz respeito à educação no

Brasil, o atendimento às crianças e adolescentes com deficiência está a garantia desses direitos na Constituição Federal de 1988, e em leis especiais infraconstitucionais, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA.

Recente ainda é a questão de um processo não segregatório de articulação de políticas que reconheçam ao mesmo tempo essas particularidades, mas que permitam acesso universal a todos os demais direitos. A assistência social é por si uma política que, com a redemocratização do país, passa a ser especificamente regulamentada, tendo as PCDs como destinatárias de sua atenção.

Essa prioridade não pode ser pensada no âmbito de uma única política social, já que a assistência social é uma política que promove a interface com o conjunto das demais políticas públicas. Assim, essa priorização precisa também ser tencionada no âmbito das demais políticas públicas.

No **quarto capítulo**, O caminho percorrido na investigação sobre o fenômeno da garantia do direito à educação das crianças e adolescentes com deficiência, é explicitada a trajetória de construção do conhecimento e da pesquisa, referente ao método e a apresentação e descrição das categorias epistemológicas. Assim, apresenta-se o tipo de estudo, a escolha dos sujeitos da pesquisa e as etapas do estudo.

O **quinto capítulo**, o contraditório processo de garantia do direito à educação de crianças e adolescentes em idade escolar, revela o texto e o contexto da pesquisa, a partir da realidade encontrada nas escolas que estão atendendo crianças e adolescentes com deficiência. As categorias emergentes, advindas da análise documental, das entrevistas e da observação participante, evidenciam as determinações relacionadas à experiência social das crianças e adolescentes com deficiência, e seus familiares, com a garantia do direito à educação no Município de Frederico Westphalen. A voz dos sujeitos permite a análise das informações coletadas que buscou desvelar a experiência social de todos esses sujeitos envolvidos na pesquisa.

Finalmente são tecidas as **considerações finais** que refletem sobre os resultados obtidos na busca de respostas aos questionamentos que originaram esse trabalho de investigação. Tais considerações sintetizam os principais achados da pesquisa sobre o tema da garantia do direito à educação das crianças e adolescentes com deficiência no município de Frederico Westphalen. A experiência

social com o acesso à educação das crianças e adolescentes com deficiência na interface com as demais políticas públicas é processo contínuo que desafia um maior aprofundamento do conhecimento, de investigação a esse respeito, de modo a contribuir para a qualificação dos serviços, programas e políticas a ela destinada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao finalizar a abordagem realizada nessa pesquisa sobre a garantia do direito à educação das crianças e adolescentes com deficiência no município de Frederico Westphalen, reitera-se sua importância, cuja pretensão não é outra senão buscar respostas aos questionamentos que originaram essa pesquisa.

Ressalte-se que as considerações finais aqui apresentadas não têm a intenção de serem definitivas, porém foram percorridos caminhos que mostraram a evolução de todo o tratamento dado às crianças e adolescentes com deficiência. A relação da pesquisadora, assistente social, com o tema estudado remonta de longa data e instiga a investigações futuras pela sua amplitude e evolução.

Partiu-se do pressuposto de que as crianças e adolescentes com deficiência, na perspectiva da diversidade, especialmente pela vulnerabilidade que apresentam, e para que possam alcançar o Postulado da Dignidade Humana, precisam ter garantido seu direito à educação. E, para tanto, se mostra necessária a articulação das políticas públicas de saúde, de assistência social e de educação, produzidas pelo Estado, configurando-se na materialização desses direitos.

A partir de uma perspectiva que nasce no serviço social e também orientado pelo paradigma da cidadania, este estudo, para além do paradigma da inclusão escolar, verificou a reprodução das desigualdades sociais na contraditória dinâmica da inserção das crianças e adolescentes com deficiência nas escolas de Frederico Westphalen.

Neste estudo, optou-se pela pesquisa do tipo qualitativa, que não nega a importância e contribuição da abordagem quantitativa. Assim, para se percorrer o caminho da investigação sobre o fenômeno da garantia do direito à educação desses sujeitos, foram utilizados dados quantitativos para iluminar e complementar os dados qualitativos nessa abordagem de construção do conhecimento.

Seguindo a metodologia da pesquisa anteriormente referida e pela necessidade de articulação entre conteúdos, pensamentos e existência, é

importante ressaltar a perspectiva dialética do método utilizada nesta pesquisa, que se configura na totalidade, na contradição e na historicidade.

Assim, as entrevistas, a análise documental e a observação participante, foram os instrumentos utilizados para percorrer o caminho a que se propunha a pesquisadora. Eles permitiram que se chegasse à triangulação dos dados para a comprovação de como vem se constituindo, de fato, o processo de garantia do direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência no município. O objetivo mais amplo dessa pesquisa é contribuir, enquanto subsídio, para o aprimoramento das políticas sociais voltadas para esse grupo de pessoas.

Nesse sentido, buscou-se identificar até que ponto as demandas por essa garantia foram assumidas pelas escolas e pela Rede de atendimento de Frederico Westphalen, bem como até que ponto essas crianças e adolescentes são reconhecidas e/ou assumidas pela política protetiva.

A presente pesquisa identificou que houve avanços significativos na política de proteção às pessoas com deficiência, incluídas especialmente as crianças e adolescentes com deficiência. Lentamente, ocorreram transformações dos paradigmas que disponibilizaram instrumentos legais de exigibilidade dos direitos das crianças e adolescentes com deficiência.

A mobilização e organização das pessoas com deficiência, enquanto protagonistas de sua própria história, conduziu o processo evolutivo para a esfera jurídico-protetiva que, por sua vez, consolidou direitos reconhecidos internacionalmente. É o caso da inserção desses direitos na Constituição Federal brasileira de 1988 do conteúdo protetivo já presente na maioria das legislações internacionais.

Os Acordos, Protocolos, Convenções e Tratados internacionais, foram gradualmente incorporados às Constituições dos países e destinados à proteção das pessoas com deficiência. Neles estão definidos os aspectos jurídicos de observação obrigatória, bem como as medidas a serem implementadas pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência.

As características e tendências de todo o quadro jurídico protetivo nacional refletem, na verdade, o paradigma dos Documentos Internacionais que, por sua vez, apontam para uma idéia de política pública de cidadania, que não seja uma política pública de clientelismo, de reiteração da subordinação. Na verdade, essas características remetem para o fim da tutela assistencial, ao tempo em que fortalece

o direito à participação ao reconhecimento dos direitos civis e políticos assegurados a todos os cidadãos, independentemente das suas características físicas, cognitivas ou sensoriais.

Contudo, forçoso reconhecer que os velhos paradigmas não se alteram somente por meio das leis, pela razão de que as práticas educacionais e sociais, advindas das alterações nas políticas públicas, ainda exigem maiores ajustes, maior divulgação, melhor gestão e co-responsabilidade.

Assim, ainda existe um vazio a ser preenchido pela falta de articulação intersetorial dessas políticas públicas voltadas à proteção das crianças e adolescentes com deficiência.

Essa constatação adveio da voz dos sujeitos entrevistados, a partir da experiência social desse grupo de pessoas, que retratou a heterogeneidade da política de educação do Município de Frederico Westphalen, demonstrando as peculiaridades e fragilidades desse grupo.

A experiência social dos sujeitos envolvidos indicou, nas diferentes falas apresentadas, desde rotulações quanto à definição de deficiência, a atenção das famílias à necessidade da criança com deficiência, a maneira de aceitação da família da deficiência dos filhos, o modo como a criança deficiente se percebe, a opinião dos professores quanto à educação inclusiva, o (re)conhecimento das políticas públicas na fala dos gestores, os interesses econômicos, a questão da acessibilidade, as dificuldades na escola, entre outros demonstrados no decorrer da pesquisa.

Os objetivos iniciais da pesquisa, configurados ora nas questões norteadoras, apontaram algumas referências políticas e sócio-históricas balizadoras da proteção social na educação de alunos com deficiência. A partir dessas referências foi possível identificar a contradição existente em relação às políticas públicas realmente vivenciadas e aplicadas no município de Frederico Westphalen enquanto garantia dos direitos à educação das crianças e adolescentes com deficiência.

Da mesma forma, o reconhecimento das escolas e da rede de atenção observados quanto à pauta da garantia do direito à educação dos alunos com deficiência do município, indicou práticas cotidianas de uma inclusão precária, de fragilidade de rede intersetorial, bem como práticas de normalização, de rotulação e de acessibilidade também precária.

No entanto, a contradição também aparece revestida de recursos humanos que estão disponíveis, ou em profissionais dedicados, mesmo limitados quanto à capacitação técnica. Ainda, ficou expresso, na voz dos gestores, o conhecimento que têm do direito, mesmo com a pauta da garantia ainda não totalmente efetivada.

O terceiro e último objetivo, que traz a experiência social na voz das crianças e adolescentes com deficiência, bem como a dos seus familiares, e dos profissionais envolvidos com a garantia do direito à Educação, permitiu identificar as necessidades dessas crianças e adolescentes e seus familiares e a forma como são vistas essas necessidades.

Emerge forte na síntese do conjunto das falas a questão da **dignidade da pessoa humana** e/ou a negação dessa dignidade. Presente na fala dos professores, dos gestores - alunos com deficiência, implicitamente vistos como coitados, anormais - o não reconhecimento dessa dignidade humana, este que está no desejo de apenas serem reconhecidos como sujeitos de direitos e ter dignidade humana. Tais aspectos representam obstáculos à efetivação dos direitos à educação dessas crianças e adolescentes com deficiência.

No entanto, pela contradição existente, algumas vozes evidenciam a presença de outras políticas públicas, além daquela da educação, algumas efetivadas, outras com suas fragilidades a exigir articulação e maior efetividade para as demandas sociais desse grupo de pessoas.

Diante de uma sociedade que optou por novo paradigma legal e novo quadro de políticas públicas, voltadas pra a proteção efetiva dos direitos desse grupo de pessoas, a idéia das ações públicas mostra-se voltada para a cidadania, emergida no contexto vanalisado e no contexto implícito dos sujeitos da pesquisa.

Esse foi o caminho percorrido na presente pesquisa que pretendeu analisar como acontece o fenômeno da garantia do direito à educação das crianças e adolescentes com deficiência no município de Frederico Wetphalen, Rio Grande do Sul.